DIÁRIO DO GRANDE ABC

Publicado em 14/05/2024 - 08:15

Amil cancela planos de saúde de crianças autistas da região

Amil cancela planos de saúde de crianças autistas da região

Operadora alega 'prejuízos acumulados' em contratos coletivos por adesão; mães acionam a Justiça para tentar reverter decisão unilateral

THAINÁ LANA
thainalana@dgabc.com.br

Um grupo de ao menos 12 mães de crianças com TEA (Transtorno do Espectro Autista) do Grande ABC luta contra o cancelamento unilateral do plano de saúde Amil. A cobertura da assistência médica vai até o dia 31 deste mês, e os familiares temem retrocesso no desenvolvimento dos filhos, que realizam tratamento e acompanhamento médico. *(Leia relatos abaixo)*

A Qualicorp, administradora de benefícios, comunicou os beneficiários no fim de abril que o convênio seria encerrado com a Amil, que justificou a rescisão dos contratos por conta de "prejuízos acumulados" – o que teria causado altos índices de reajuste. Os planos de saúde dos moradores da região são da modalidade coletivo por adesão (contratado por um sindicato ou associação).

Para tentar reverter a situação, os familiares vão acionar a Justiça. O advogado Luís Ricardo Vasques Davanzo contou que seu escritório já realizou orientações jurídicas a 12 mães e que aguarda o envio da documentação para dar sequência nos casos.

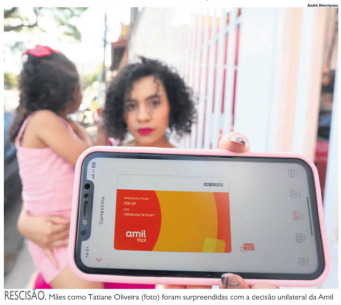
Davanzo pontuou que irá solicitar judicialmente uma ação de obrigação de fazer, acompanhada de um pedido de tutela de urgência e de indenização por danos morais. "Como os autistas fazem terapias multidisciplinares, não pode ser interrompido o tratamento. Vamos tentar resolver de forma completa o problema", disse o advogado.

Fabiana Aparecida Fernandes, 45 anos, mãe do pequeno Samuel Fernandes de Araújo, 8, recorreu à Justiça na semana passada e recebeu ontem a liminar para que seu filho continue com os tratamentos médicos pelo convênio, como suporte para doenças respiratórias e cardiopatia.

"Ficamos desesperados, sem saber o que fazer, não estamos conseguindo contratar outros planos porque todos querem com a modalidade de coparticipação. Como meu filho faz 15 horas semanais de terapia, não tenho condições de bancar. Fico preocupada porque ele precisa de tratamento", desabafou Fabiana, moradora de São Bernardo.

Tatiane Santos Oliveira, 30, também acionou a Justiça para tentar continuar com o atendimento médico da filha Sophia Suri Santos Oliveira, 4. Ela chegou a fazer cotação em outras operadoras, porém, o valor está quase o triplo do que paga – na Amil, hoje, R$ 285 por mês, enquanto para fazer portabilidade para a Prevent Senior pagaria R$ 748.

"Esse cancelamento vai impactar negativamente nas nossas vidas, minha filha não pode ficar sem terapia, ela começou a falar através da musicoterapia, melhorou a socialização, sem isso vai retroceder", afirmou.



RESCISÃO. Mães como Tatiane Oliveira (foto) foram surpreendidas com a decisão unilateral da Amil

JUSTIFICATIVA

A lei permite que contratos coletivos por adesão sejam rescindidos de forma unilateral e imotivada, mas as operadoras devem seguir regras – como aviso sobre o término do contrato com dois meses de antecedência. Em nota, a Amil informou que está reformulando sua grade de produtos e que, nesse contexto, os planos coletivos por adesão foram revisados. A empresa confirma que está em curso o cancelamento de um conjunto de contratos da Amil com administradoras de benefícios, "especificamente os que demonstram desequilíbrio extremo entre receita e despesa há pelo menos três anos", destacou.

A Amil alegou ainda que iniciou a comunicação da mudança às administradoras em 18 de março e que a mudança está sendo feita estritamente conforme as leis vigentes. A Qualicorp explicou que a decisão de cancelamento não partiu da administradora.

Mães temem retrocesso dos filhos

Sophia, Anthony, Arthur, Eduardo, Yasmin, Samuel e Antonella. Além do diagnóstico de TEA (Transtorno do Espectro Autista) e de residirem no Grande ABC, todas essas crianças têm uma coisa em comum: a partir de 31 de maio estarão sem plano de saúde.

As mães ouvidas pelo **Diário** temem retrocesso dos filhos, já que por conta da frequência dos tratamentos não conseguem arcar com a nova modalidade de convênio.

Moradora de Diadema, Sergiane Maria de Mesquita, 36, se diz desesperada. A filha, Yasmim, 9, usa capacete para se proteger de agressões no rosto, e após o tratamento, parou de se machucar. A manicure Janaina Cristina Trindade da Silva, 32, já acionou o advogado para que o filho, Anthony, 4, continue com o acompanhamento médico.

Amanda Barbosa da Silva, 34, diz que o pequeno Arthur, 5, apresentou significativa melhora após sessões de terapia. "Ele começou a sair das fraldas, aprendeu a mastigar, está aprendendo a socializar. Dá muita tristeza, pois meu filho pode regredir", diz.

Os irmãos de São Bernardo, Eduardo, 6, e Arthur, 4, ambos com TEA, devem sair da assistência privada para pública. A mãe, Jessica Araruna Marques Vasconcelos, 35, ligou na Amil e ANS para tentar resolver, mas não obteve retorno. "Não posso esperar o convênio ser cancelado para fazer algo. Os valores de outros convênios são altos. Estou desesperada", desabafou.

Erica Gomes de Almeida, 31, contou os sacrifícios que fez para que a filha, Antonella, 5, pudesse ter assistência privada. "Pagamos R$ 750 em um convênio de criança, valor de plano para uma pessoa idosa. Pagamos sempre tudo adiantado para não correr nenhum risco. Eles decidiram cancelar o convênio alegando que ela causou prejuízo financeiro? Descartaram nossas crianças como se fossem lixos", finalizou. TL

Parlamentares do Grande ABC vão se reunir com presidente ANS

Parlamentares de São Bernardo, o deputado federal Alex Manente (Cidadania-SP) e o vereador Julinho Fuzari (PSC) irão se reunir amanhã com o diretor presidente da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), Paulo Roberto Vanderlei Rebello Filho, em Brasília.

No encontro, irão abordar os casos de cancelamento dos planos de saúde da Amil de crianças com TEA (Transtorno do Espectro Autista) de São Bernardo. Ao menos 11 famílias do município, e uma de Diadema, acionaram os parlamentares sobre a suspensão da assistência médica privada.

Fuzari, que é ativista da causa autista – ele tem um filho de 20 anos com TEA –, falou em ilegalidade e decisão abusiva por parte da operadora de saúde. A primeira tentativa para reverter a rescisão contratual será na esfera administrativa, na reunião com o representante da agência nacional.

"É um abuso, uma ilegalidade essa atitude unilateral da operadora Amil. Se a ANS não tomar providência nenhuma, em breve serão outros beneficiários que serão os planos cancelados. Hoje é o autista, amanhã é outra pessoa que tem qualquer comorbidade que será impedida de ter um convênio. Acredito que eu e o deputado Alex Manente sairemos do encontro com uma boa notícia", disse. TL

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Setecidades **Pagina:** 1

Copyright © Clipclap 2025.